



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01



EDITAL COM COTA RESERVADA DE 25% PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COTA DE 75% DE AMPLA CONCORRÊNCIA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP/MEI

| | |
|--|---|
| ORIGEM DA LICITAÇÃO: | MUNICÍPIO DE ICAPUÍ - CE |
| MODALIDADE: | PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 2021.01.13.01 |
| PROCESSO LICITATORIO: | 002/2021 |
| OBJETO: | Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas do tipo almoço e quentinha, bem como lanches e sucos para atender as demandas das Secretarias e Autarquias do Município de Icapuí |
| DATA E HORÁRIO DE BRASÍLIA: | 01/02/2020 às 09 horas |
| TIPO: | MENOR PREÇO POR ITEM |
| MODO DE DISPUTA: | ABERTO E FECHADO |

O Município de Icapuí-CE, leva ao conhecimento dos interessados que realizará Licitação na modalidade Pregão Eletrônica, do tipo "Menor Preço por Item", modo de disputa "Aberto e Fechado". A licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, pelo Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, além de, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos Federais nº 8.538/2015, 10.273/2020, do disposto no presente Edital e seus anexos. A sessão pública será conduzida pela Pregoeira, com auxílio da equipe de apoio.

CONSTITUEM PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL, INDEPENDENTE DE TRANSCRIÇÃO OS SEGUINTE ANEXOS:

- ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**
- ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**
- ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÃO**
- ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO**
- ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO**
- ANEXO VI - TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



1.0. DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas do tipo almoço e quentinha, bem como lanches e sucos para atender as demandas das Secretarias e Autarquias do Município de Icapuí, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo.

3. DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

3.1. O Edital está disponível gratuitamente nos sítios www.icapui.ce.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br.

3.1.1. O mesmo poderá ser obtido também através de solicitação por e-mail a Pregoeira e Equipe de apoio através do endereço licitação_licita@hotmail.com.

3.2. O certame será realizado por meio do Sistema, no endereço eletrônico www.bbmnetlicitacoes.com.br.

4. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

4.1 **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** 19/01/2021.

4.2. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** até às 09 horas do dia 01 de fevereiro de 2021.

4.3. **DATA DE ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 01/02/2021, às 09 horas.

4.4. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 01/02/2021, às 09h: 20 min..

4.5. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.

4.6. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 24h (vinte e quatro horas) a contar da respectiva data.

5. DAS DISPOSIÇÕES E RECOMENDAÇÕES PRELIMINARES

5.1. Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas legalmente constituídas que atendam a todas as condições exigidas neste edital, observados os necessários requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira, inclusive tendo seus objetivos sociais compatíveis com o objeto desta licitação.

5.2. A respeito do custo de operacionalização do sistema:

5.2.1. O Custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do licitante que pagará a Bolsa Brasileira de Mercadorias, provedora do Sistema Eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

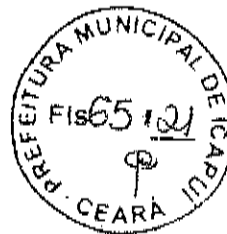
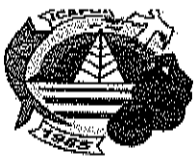
6.0. DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1.1. É vedada a participação de pessoa física (quando for o caso de participação desta) e de pessoa jurídica nos seguintes casos:

6.1.2. Que tenham em comum os mesmos prepostos ou procurador.

6.1.3. Que estejam em estado de insolvência civil, sob processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.



- 6.1.4. Impedidas de licitar com a Administração.
- 6.1.5. Suspensas temporariamente de participar de licitação e impedidas de contratar com a Administração.
- 6.1.6. Declaradas inidôneas pela Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta condição.
- 6.1.7. Servidor público ou empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes de seu quadro técnico sejam funcionários ou empregados públicos da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta; (inciso III, art. 9º da Lei Federal nº 8666/93).
- 6.1.8. Empresas Estrangeiras não autorizadas a funcionar no País.
- 6.1.9. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 6.1.10. De licitantes que estiverem enquadradas, no que couberem, ao disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações;
- 6.1.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 6.1.12. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.
- 6.1.12.1. A vedação à participação de interessados que se apresentam constituídos sob a forma de consórcio não terá prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcio é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos do edital, o que não se aplica no presente certame. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, conforme se depreende do texto da lei 8.666/93, que em seu artigo 33º que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcios, para o caso concreto, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade. Essa decisão com relação a vedação à participação de consórcios visa exatamente afastar a restrição à competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam realizar o fornecimento do objeto, reduziria o número de licitantes.
- 6.1.13. Pessoas jurídicas que tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público ou que estejam impedidas de licitar, ou contratar com a administração pública, ou com qualquer de seus órgãos descentralizados. Para comprovação ou não se a empresa sofre sanção da qual decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, será realizada análise através nos respectivos endereços eletrônicos dos órgãos supracitados, quais sejam:
- 6.1.13.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambos mantidos pela Controladoria Geral da União.
- 6.1.13.2. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 6.1.13.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
- 6.1.13.4. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF (<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarRestricaoContratarAdministracaoPublica.jsf>).



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



6.1.14. As certidões constantes nos subitens 6.1.13.1 a 6.1.13.3 serão consultadas através da Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica, emitida via internet no sítio do <https://certidoes-apf.apps.fcu.gov.br/>.

6.1.15. Para a Cota 25% "Cota Reservada" não poderão participar as empresas que não estão enquadradas na condição de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

6.2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.2.1. Os interessados em participar deste certame deverão estar credenciados junto www.bbmnetlicitacoes.com.br.

6.2.2. Poderá participar do pregão qualquer pessoa jurídica localizada em qualquer Unidade da Federação, desde que atenda a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.2.3. No Item 9.

6.2.3.1 - COTA DE 25% - Poderão participar deste pregão, nos termos dos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 e 155/2016 e Decretos 8.538/2015, 10.273/2020, somente as microempresas e empresas de pequeno porte, que atenderem a todas as exigências deste edital

6.2.4. De acordo com o Art. 8º do Decreto Nº 8.538, de 6 de outubro de 2015:

6.2.4.1. Não havendo vencedor para a cota reservada de 25% (item 9), esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência; (item 8) (art. 8º, § 2º, do Decreto 8.538/2015).

6.2.4.2. Se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação. (art. 8º, §3º, do Decreto 8.538/2015)

6.2.4.3. A prioridade de aquisição dos produtos será das cotas reservadas, (25%) ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente. (art. 8º, §4º, do Decreto 8.538/2015)

6.2.5. Nos itens de 1 a 5, de 8 a 14 somente poderão participar microempresas, empresas de pequeno porte e MEI.

6.2.6. A participação nos itens expressamente reservado à microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e à Microempreendedor Individual (MEI), para licitante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a mesma à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

6.2.7. Conforme instituído pelo artigo 48, III, da Lei Complementar 123/2006, na redação dada pela Lei Complementar 147/2014, fica reservada uma cota do objeto, referente a 25% (vinte e cinco por cento), assegurando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

6.2.8. Para a participação do(s) item(ns) da Cota Principal (75%), as licitantes enquadradas na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, que pretenderem utilizar as prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar declaração no momento do credenciamento, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei mencionada.

6.2.9. A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa ou empresa de pequeno porte na Cota Principal do processo



licitatório, porém terá seus direitos precluídos com relação ao exercício das referidas prerrogativas.

6.2.10. Para a participação do(s) item(ns) de Cota Reservada, a Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou MEI deverá apresentar no momento do credenciamento, a condição para o exercício do benefício à referida cota.

6.2.11. Em não havendo ME's, EPP's e MEI nos itens da Cota reservada, os mesmos serão redirecionados as demais licitantes, desde que no mesmo ato já sejam entregues as propostas dos referidos itens em envelopes separados do envelope da Cota principal, onde deverão ser entregues devidamente lacrados.

6.2.12. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

7. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à www.bbmnetlicitacoes.com.br.

7.2. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à www.bbmnetlicitacoes.com.br, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

7.3. O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à operadora devidamente credenciada junto à www.bbmnetlicitacoes.com.br, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo que se encontra anexo a este edital **(ANEXO IV)**

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo constante no **ANEXO III**.

7.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração conforme modelo constante no deste edital **(ANEXO III)** para fins de habilitação para Empresas enquadradas como ME/EPP/MEI, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP/MEI no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

7.5. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

8. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

8.1. O credenciamento no sistema licitações da www.bbmnetlicitacoes.com.br se dará da seguinte forma:

8.1.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à www.bbmnetlicitacoes.com.br, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bbmnetlicitacoes.com.br.

8.1.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à www.bbmnetlicitacoes.com.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



8.1.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

8.1.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da www.bbmnetlicitacoes.com.br.

8.1.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a www.bbmnetlicitacoes.com.br, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.1.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

8.2. A participação no Pregão Eletrônico através do Sistema do www.bbmnetlicitacoes.com.br, se dará da seguinte forma:

8.2.1. Por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

8.2.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

8.2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.2.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida através de uma corretora de mercadorias associada a Bolsa Brasileira de Mercadorias ou pelo telefone: São Paulo-SP (11) 3293-0700. A relação completa das corretoras de mercadorias vinculadas a Bolsa Brasileira de Mercadorias poderá ser obtida no site www.bbmnetlicitacoes.com.br, acesso corretoras.

9. DA CONDUÇÃO DO CERTAME PELA PREGOEIRA

9.1. O certame será conduzido pela Pregoeira, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

9.1.1. acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

9.1.2. responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

9.1.3. abrir as propostas de preços;

9.1.4. analisar a aceitabilidade das propostas;

9.1.5. desclassificar propostas indicando os motivos;

9.1.6. conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

9.1.7. verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

9.1.8. declarar o vencedor;

9.1.9. receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;

9.1.10. elaborar a ata da sessão;



- 9.1.11. encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- 9.1.12. abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 10.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 10.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas classificadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 10.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

11. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 11.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **SEM A IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR** (vedada, inclusive, a inclusão de endereço, telefone e outras informações que possam de qualquer modo identificar o licitante) dos seguintes campos:
- 11.1.1. Descrição detalhada do objeto, em conformidade com a especificação do ANEXO I - Termo de Referência;
- 11.1.2. Item ao qual o licitante pretende concorrer;
- 11.1.3. Valores unitário e total de cada item.
- 11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.
- 11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 11.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



11.6. Declaração de que o proponente cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua Proposta de Preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

11.7. O encaminhamento de Proposta de Preços pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua Proposta de Preços e lances.

11.8. Os preços propostos deverão estar de acordo com o quantitativo do bem cotado.

11.9. Os preços propostos deverão apresentar duas casas decimais após a vírgula.

11.10. A apresentação da Proposta de Preços implica na ciência clara de todos os termos do edital e seus anexos, em especial quanto à especificação dos bens e as condições de participação, competição, julgamento e formalização do contrato, bem como a aceitação e sujeição integral às suas disposições e à legislação aplicável, notadamente às Leis Federais nº 10.520/02 e 8.666/93.

11.11. Somente serão aceitas Propostas de Preços elaboradas e enviadas através do sistema, inclusive quanto aos seus anexos, não sendo admitido o recebimento pela Pregoeira de qualquer outro documento, nem permitido ao licitante fazer qualquer adendo aos entregues à Pregoeira por meio do sistema.

11.12. Será desclassificada a Proposta de Preços apresentada em desconformidade com este item:

12. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

12.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

12.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

12.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

12.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

12.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

12.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

12.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

12.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

12.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do Item.

12.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

12.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

12.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a



melhor oferta não terá valor especificado, ficando a critério do licitante a sua livre escolha de valor.

12.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

12.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.13.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

12.15. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.16. Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

12.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

12.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

12.19. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

12.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

12.21. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

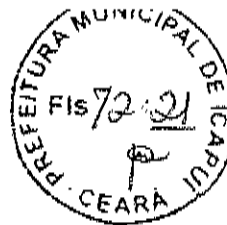
12.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

12.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima do melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

12.25. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

12.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

12.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.28. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

12.29. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

12.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

12.30.1. no país;

12.30.2. por empresas brasileiras;

12.30.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

12.30.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

12.31. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

12.32.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.32.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos



complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

12.33. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

13.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

13.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

13.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

13.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

13.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

13.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, via email licitação_licita@hotmail.com, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

13.6. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

13.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

13.9.1. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

13.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



disciplina antes estabelecida, se for o caso. 13.11 A licitante não poderá cotar proposta com quantitativo do ITEM inferior ao determinado no Edital, cabendo ao pregoeiro recusar a proposta ofertada.

13.11. A licitante deverá declarar que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pela Pregoeira de acordo com o item 14.5.6 deste Edital.

13.12 O preço total proposto deverá atender à totalidade da quantidade exigida de cada item, não sendo aceitas as que contemplem apenas parte da execução do objeto.

13.13. A licitante deverá evitar que os valores globais extrapolem o número de 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Caso isto ocorra, a Pregoeira estará autorizado a adjudicar o objeto realizando arredondamentos a menor no valor cotado.

13.14. Nos preços propostos já estarão incluídas as despesas referentes a frete, tributos, encargos sociais e todos os demais ônus atinentes à entrega do produto/execução do objeto.

13.15. Na elaboração da proposta final, o preço cotado não poderá ultrapassar o limite máximo discriminado no Termo de Referência, presentes nos autos do processo em epígrafe.

13.16. No caso da licitante ser cooperativa que executará (entregará) o objeto da licitação através de empregados, a mesma gozará dos privilégios fiscais e previdenciários, pertinente ao regime das cooperativas, devendo a proposta apresentar exequibilidade no aspecto tributário e sujeitar-se ao mesmo regime de qualquer outro agente econômico.

13.17. Após a apresentação da proposta não caberá desistência.

13.18. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

14.1.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.1.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.1.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.1.1.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

14.1.1.5. Constatada a existência de sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

P



14.1.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

14.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail (licitação_licita@hotmail.com), no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

14.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.4.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14.5. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

14.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

14.5.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

14.5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

14.5.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

14.5.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.5.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

14.5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

14.5.2.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

a) A Prova de regularidade com a Fazenda Federal, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida



pela Secretaria da Receita Federal.

b) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

c) A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos Municipais.

14.5.2.2. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de Certificado de Regularidade de Situação – CRS.

14.5.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

14.5.2.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/06) e respectivas alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.

14.5.2.4.1. Havendo alguma restrição na Comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município de Icapuí, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de certidão negativa.

14.5.2.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem "14.5.2.4.1.", implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultada ao Município de Icapuí, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura ou revogar a licitação.

14.5.2.5. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente edital e em seus anexos.

14.5.2.6. A não apresentação de quaisquer documentos exigidos para a habilitação implicará na automática inabilitação da licitante.

14.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.5.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

14.5.3.2. Quando optante pelo SIMPLES NACIONAL: Comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no site da Secretaria da Receita Federal, ficando isento da apresentação do balanço.

14.5.3.2.1. Quando não optante pelo SIMPLES NACIONAL: Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício I e II, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06 ou comprovação emitida pela Junta Comercial;

14.5.3.3. As licitantes com menos de 1 (um) ano de constituição, que ainda não tenham balanço de final de exercício, deverão apresentar Balanço de Abertura e/ou Demonstrações Contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



14.5.3.4. As empresas optantes do Sistema Público de Escrituração Digital SPED submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:

- Termo de Autenticação com a identificação do Autenticador – Junta Comercial (impresso do arquivo SPED Contábil).
- Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil).
- Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil).
- Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil).
- Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil).

14.5.3.5. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo Distribuidor Judicial da sede da PROPONENTE, Justiça Ordinária.

14.5.3.6. Capital Social mínimo ou o valor do patrimônio líquido, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor global a ser contratado, podendo a comprovação ser feita através da apresentação da Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante.

14.5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

14.5.4.1. Atestado (s) de Capacidade Técnica, que comprove a empresa licitante ter executado a qualquer tempo o objeto ora licitado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente assinado. No referido atestado deverá constar no mínimo: razão social, C.N.P.J., endereço e contato do órgão emissor, nome completo e C.P.F. da pessoa que o emitiu.

14.5.4.2. Não será aceito atestado emitido por empresa do mesmo grupo empresarial ou pelo próprio concorrente.

14.5.4.3. O atestado poderá ser diligenciado de acordo com o parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93.

14.5.5. Declaração expressa de que atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88, conforme modelo do Anexo III.

14.5.6. A licitante declarará (ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS) que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pela Pregoeira, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

14.5.7. A licitante declarará (ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE SÓCIO – AMBIENTAL) que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, reconhecendo seu compromisso sócio ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

14.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

14.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

14.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema



eletrônico e deverá:

15.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

15.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

15.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

15.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

16.2. Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

16.2.1. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

16.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

16.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, unicamente pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.



16.5. Somente serão aceitas as peças de recurso confeccionadas em máquina datilográfica ou impressora eletrônica, em tinta não lavável, que preencham os seguintes requisitos:

16.5.1. O endereçamento a Pregoeira Oficial do Município de Icapuí-CE;

16.5.2. A identificação precisa e completa do autor e seu representante legal (acompanhado dos documentos comprobatórios) se for o caso, contendo o nome, prenome, estado civil, profissão, domicílio, número do documento de identificação, devidamente datada, assinada dentro do prazo editalício;

16.5.3. O fato, o fundamento jurídico de seu pedido, indicando quais os itens ou subitens contra razoados;

16.5.4. O pedido, com suas especificações.

16.6. Os recursos interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

16.7. A falta de interposição de recurso importará a decadência do direito de recurso e a Pregoeira adjudicará o objeto do certame ao vencedor, na própria sessão, propondo à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

16.8. Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos devidamente fundamentados à autoridade competente. (Art. 13, IV do Decreto Federal nº. 10.024/2019).

16.9. O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente, no interesse público, adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

16.11. O acesso à fase de manifestação da intenção de recurso será assegurado aos licitantes.

16.12. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

16.13. As petições recursais deverão estar devidamente assinadas por representante legalmente habilitado. Não serão admitidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela Licitante.

16.14. A decisão em grau de recurso será definitiva, e dela dar-se-á conhecimento as licitantes, no endereço eletrônico <http://www.icapui.ce.gov.br>, e ainda no campo próprio do sistema promotor, podendo ainda ser encaminhado no endereço de e-mail eletrônico, quando informado pelo recorrente na peça recursal.

17. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

17.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

17.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

17.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



17.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

17.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

18. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

18.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser enviados a Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, na plataforma ou no endereço de e-mail licitação_licita@hotmail.com informando o número deste pregão no Sistema do www.bbmnetlicitacoes.com.br e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

18.2. Os esclarecimentos serão prestados pela Pregoeira, com auxílio da área interessada, por intermédio da autoridade competente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, por meio de e-mail àqueles que enviaram solicitações.

18.3. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

18.4. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não legitimado legalmente, exceto se se tratar de matéria de ordem pública.

18.5. Caberá a Pregoeira, auxiliada pela área interessada, e, quando for o caso, enviará a petição de impugnação para que a autoridade competente decida sobre a mesma no prazo de 02 (dois) dias úteis.

18.6. Acolhida a petição contra o ato convocatório, a decisão será comunicada aos interessados e será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

18.7. A pregoeira poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

18.8. As respostas às impugnações e pedidos de esclarecimentos aderem a este Edital tal como se dele fizessem parte, vinculando a Administração e as licitantes.

18.9. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. A adjudicação dar-se-á pela Pregoeira quando não ocorrer interposição de recursos. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.

19.2. A homologação dar-se-á pela autoridade competente.

19.2.1. O titular da origem desta licitação se reserva o direito de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

19.3. O Sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.



20. DA CONTRATAÇÃO

20.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato específico, celebrado entre ao Município de Icapuí, (doravante denominado Contratante), e o licitante vencedor (doravante denominado(a) contratado(a)), que observará os termos da Lei n.º 8.666/93, deste edital e demais normas pertinentes, cuja minuta foi submetida a exame prévio da assessoria jurídica do Município.

20.2. O licitante vencedor terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido Contrato, nos moldes da minuta de contrato constante do Anexo V deste edital. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto no item 20.7 deste instrumento convocatório.

20.3. Se o licitante vencedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido é facultado ao Secretário convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação final das propostas, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada ou revogar a licitação.

20.4. Incumbirá à Contratante providenciar, à sua conta, a publicação do extrato do Contrato na imprensa oficial do município, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data. O mesmo procedimento se adotará com relação aos possíveis termos aditivos.

20.5. O licitante adjudicatário se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação.

20.6. O Termo de Contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

21. DO PRAZO DE DURAÇÃO

21. O prazo de execução terá vigência a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2021.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

22.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

22.2. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços.

22.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

22.4. Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

23.1. Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico Nº 2021.01.13.01, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame.

23.2. Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações.

23.3. Fornecer somente produtos que se enquadrem nas especificações do



Termo de Referência.

23.4. Em caso de produtos fora das especificações e/ou do tipo não apropriado, a Contratada arcará com o ônus do fato.

23.5. Relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.

23.6. Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual.

23.7. Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante.

23.8. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante.

23.9. Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Icapuí por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) contratado(a), com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Icapuí.

23.10. Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da aquisição.

23.11. Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.

23.12. A empresa contratada deverá manter sua cozinha operacional restrita a cidade circunvizinha que apresente distância máxima da cidade de Icapuí/CE de até 50km para preservar os critérios de acondicionamento e temperatura de alimentos e a possibilidade de atender as urgências em 1 hora.

24. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

24.1. A execução de contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado da secretaria contratante, o qual deverá atestar os produtos, a Nota Fiscal, quando comprovada a sua fiel e correta entrega.

24.2. Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante ao Município de Icapuí ou terceiros, a aquisição estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todas as etapas.

24.3. O Gestor do Contrato poderá recusar os produtos, desde que não estejam de acordo com as especificações do edital.

24.4. Ao Gestor do Contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do contrato, além de rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente sua origem, assim considerado como de boa qualidade.

25. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

25.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.



26. DA RESCISÃO DO CONTRATO

26.1. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

26.2. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

26.3. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

27. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

27.1. A fatura relativa aos produtos devidamente entregues deverá ser apresentada ao Município de Icapuí, para fins de conferência e atestação dos produtos entregues.

27.2. Caso a fatura acima referida seja devidamente aprovada pelo Município de Icapuí, o pagamento será efetivado em favor da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da respectiva aprovação desta.

27.3. O pagamento será creditado em favor do contratado através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

27.4. A Licitante contratada deverá apresentar à Secretaria Municipal, para fins de recebimento das faturas mensais, os seguintes documentos atualizados:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

II - Certidão de Regularidade com o FGTS.

III - Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal.

IV - Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais;

V - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da CNDT-Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

27.5. Eventual alteração de preços em decorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato só será examinada mediante apresentação de documentos que comprovem, de forma inequívoca, a alteração da relação encargos/retribuição inicialmente pactuada.

27.6. Caso de ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data de seu efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% ao mês ou 6% ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = TX



I = (6 / 100):365

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

28. DAS PENALIDADES

28.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

28.2. A contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

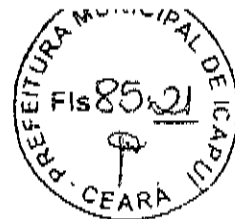
- a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Icapuí, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

28.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do item 28.2 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso IV do mesmo item.

28.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como



Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

28.5. As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 28.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

28.6. As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 28.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

28.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

28.8. As sanções previstas no **item 28.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

29. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

29.1. As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº02.01.04.122.0100.2.003; 04.01.04.122.0100.2.010; 05.01.12.122.0100.2.015; 06.01.10.122.0100.2.035; 06.01.10.301.0400.2.041; 07.01.08.122.0100.2.046; 07.01.08.243.0211.2.051; 07.01.08.244.0200.2.055; 07.01.08.244.0211.2.056; 07.01.08.244.0211.2.057; 07.01.08.244.0211.2.058; 07.01.08.244.0211.2.059; 08.01.15.122.0100.2.066; 09.01.20.122.0100.2.076; 10.01.13.122.0100.2.083; 11.01.27.122.0100.2.091; 13.01.04.122.0100.2.096; 14.01.18.122.0100.2.099, elemento de despesa nº 3.3.90.30.00.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Qualquer cidadão poderá impugnar os termos do presente edital, por irregularidade, protocolizando o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, no endereço discriminado no preâmbulo deste edital, cabendo a Pregoeira decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

30.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente edital a licitante que não protocolizar o pedido, em conformidade com o disposto neste edital, até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

30.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

30.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

30.5. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da Contratação. Os casos omissos poderão ser resolvidos pela Pregoeira durante a sessão.

30.6. O não atendimento de exigências formais não essenciais não importará no



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

30.7. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital.

30.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia de início de contagem e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Município, exceto quando for expressamente estabelecido em contrário.

30.9. A autoridade superior poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei n.º 8.666/93, não cabendo às licitantes direito a indenização.

30.10. Qualquer modificação neste edital será divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

30.11. Na hipótese de não haver expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, a data da abertura ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

30.12. Quaisquer dúvidas porventura existentes ou solicitações de esclarecimentos sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação (endereço mencionado no Preâmbulo deste Edital), até 03 (três) dias correntes anteriores à data fixada para a realização do Pregão, que serão respondidas, igualmente por escrito, depois de esgotado o prazo de consulta, por meio de circular encaminhada somente aos que solicitaram esclarecimentos.

30.13. As impugnações referidas nos **itens 30.1 e 30.2** e os recursos mencionados no **item 16** deste edital, eventualmente interpostos, serão dirigidos a autoridade competente, por intermédio da Pregoeira, e protocolizados exclusivamente no endereço mencionado no Preâmbulo deste edital.

30.14. Cópias do edital e anexos serão fornecidas em meios digitais, gratuitamente, nos dias úteis, nos horários de atendimento ao público, das 08:00 às 12:00 horas, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida 22 de Janeiro, 5183, Centro, Icapuí-CE. Outras informações poderão ser obtidas, também, através do seguinte telefone: (88) 3432-1400.

30.15. O objetivo social da empresa (CNAE) deverá obrigatoriamente guardar relação com o objeto da licitação, sob pena de sua desclassificação ou inabilitação.

30.16. A licitante vencedora, quando do fornecimento de materiais, deverá estar apta a emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, não sendo possível o pagamento por outro meio.

30.17. Os interessados, ao participarem deste pregão, expressam, automaticamente, sua total concordância aos termos deste Edital, não podendo alegar, posteriormente, desinformações suas ou de seus representantes.

30.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira nos termos da legislação pertinente.

31. DO PADRÃO ÉTICO NO PROCESSO LICITATÓRIO

31.1. O Licitante deverá observar o mais alto padrão de conduta ética durante o



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



processo de Licitação e na execução do Contrato, estando sujeito às sanções previstas na legislação brasileira.

31.2. A Pregoeira ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

31.3 - Definições de práticas corruptivas compreendem os seguintes atos:

a) suborno: ato de oferecer, dar, receber ou solicitar indevidamente qualquer coisa de valor capaz de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

b) extorsão ou coação: tentativa de influenciar, por meio de ameaças de dano à pessoa, à reputação ou à propriedade, o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes;

c) fraude: falsificação de informação ou ocultação de fatos com o propósito de influenciar o processo de aquisição de bens ou serviços, seleção e contratação de consultores, ou a execução dos contratos correspondentes em detrimento do Mutuário ou dos outros participantes do referido processo;

d) conluio: acordo entre os licitantes destinado a gerar ofertas com preços artificiais, não competitivos.

32. DO FORO

32.1. Fica eleito o foro da Comarca de Icapuí, Estado do Ceará, para dirimir toda e qualquer controvérsia oriunda do presente edital, que não possa ser resolvida pela via administrativa, renunciando-se, desde já, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Icapuí-CE, 13 de janeiro de 2021.



Carmem Júlia da Costa
Secretária de Administração e Finanças



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PROCESSO Nº 002/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETIVO

1.1 - Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas do tipo almoço e quentinha, bem como lanches e sucos para atender as demandas das Secretarias e Autarquias do Município de Icapuí.

2 - JUSTIFICATIVA

2.1 - O processo licitatório para a aquisição de lanche e refeições justifica-se tendo em vista a essencialidade do fornecimento de alimentação dos técnicos, equipes de apoio, grupos de idosos, crianças e adolescentes dos diversos programas do Fundo de Assistência, e para os técnicos e equipes de apoio das demais Secretarias do Município de Icapuí durante os planejamentos, formações, conferências e reuniões realizadas.

3 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1 - A prestação do serviço tem amparo legal disposto na lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no decreto nº 3.555 de 08 de agosto de 2000, Decreto nº. 10.024/2019, na lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

4 - ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS, QUANTITATIVOS E PREÇO MÁXIMO A SEREM EXECUTADO.

4.1. QUANTITATIVO GERAL

| Item | Especificação | Und | Quant | VI. Médio | |
|------|---|------|-------|-----------|-----------|
| | | | | Unit. | Total |
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 206 | 27,00 | 5.562,00 |
| 2 | Bolo de festa: massa pão de ló branco ou chocolate, recheio de coco, frutas, creme de leite condensado ou chocolate; com cobertura de chantili ou chocolate e granulado; medindo 35cm de diâmetro, servindo 50 pessoas. | Unid | 82 | 144,33 | 11.835,06 |
| 3 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 8911 | 4,67 | 41.614,37 |
| 4 | Café. Garrafa com 01 litro de café adoçado. | Unid | 385 | 16,00 | 6.160,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



| | | | | | |
|----|---|-------|------|-------|-----------|
| 5 | Caldo de carne, servido em copo de 300ml. | Copo | 2282 | 4,53 | 10.337,46 |
| 6 | Lanche: suco, café, chá e leite armazenados em garrafas térmicas, biscoitos doce e salgado, tapioca e misto quente (pão de forma, queijo mussarela, presunto e manteiga), acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 2030 | 10,83 | 21.984,90 |
| 7 | Mini salgadinho de festa com recheio variado: bolinha de queijo com orégano, coxinha frango, risole de carne de sol, bolinha de calabresa, canudinho de frango. | Cento | 442 | 49,00 | 21.658,00 |
| 8 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. <u>(75% cota principal - vinculado ao item 9).</u> | Unid | 3731 | 17,83 | 66.523,73 |
| 9 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. <u>(25% cota reservada - vinculado ao item 8)</u> | Unid | 1244 | 17,83 | 22.180,52 |
| 10 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 951 | 25,67 | 24.412,17 |
| 11 | Refrigerante 2L, sabores variados (laranja, Limão, guaraná, cola). | Unid | 70 | 8,50 | 595,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|----|---|------|------|-------|-----------|
| 12 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 3682 | 4,90 | 18.041,80 |
| 13 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 3150 | 4,10 | 12.915,00 |
| 14 | Sanduíche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 5887 | 4,40 | 25.902,80 |
| 15 | Sanduíche francês: pesando no mínimo 60 a 65g, contendo: 01 pão francês (mínimo 25g), meia fatia de presunto (mínimo 10g), meia fatia de mussarela (mínimo 10g), 2 rodela de tomate, meia folha de alface e maionese. | Unid | 1400 | 4,57 | 6.398,00 |
| 16 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 9996 | 3,50 | 34.986,00 |
| 17 | Tapioca | Unid | 385 | 3,27 | 1.258,95 |
| 18 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 767 | 57,67 | 44.232,89 |



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



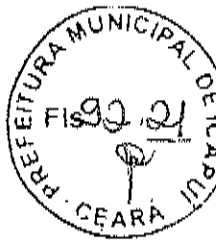
4.2. QUANTITATIVO POR SECRETARIA/ÓRGÃO

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

| Item | Descrição | Unid. | SAS | SCFV | CRAS | CREAS | IGD PBF | IGD - SUAS | 1ª Infa. | Quant. | Vi. Unit. | Vi. Total |
|------|--|-------|-----|------|------|-------|---------|------------|----------|--------|-----------|-----------|
| 1 | Bolo de festa: massa pão de ló branco ou chocolate, recheio de coco, frutas, creme de leite condensado ou chocolate; com cobertura de chantili ou chocolate e granulado; medindo 35cm de diâmetro, servindo 50 pessoas. | Unid | 10 | 14 | 14 | 10 | 10 | 14 | 10 | 82 | 144,33 | 11.835,06 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 525 | 2100 | 770 | 490 | 560 | 525 | 490 | 5460 | 4,67 | 25.498,20 |
| 3 | Caldo de carne, servido em copo de 300ml. | Copo | 140 | 1050 | 350 | 210 | 140 | 70 | 140 | 2100 | 4,53 | 9.513,00 |
| 4 | Lanche: suco, café, chá e leite armazenados em garrafas térmicas, biscoitos doce e salgado, tapioca e misto quente (pão de forma, queijo mussarela, presunto e manteiga), acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 210 | 210 | 210 | 210 | 140 | 35 | 140 | 1155 | 10,83 | 12.508,65 |



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI

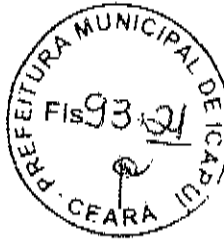


| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|-------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|------|-------|-----------|-----------|
| 5 | Mini salgadinho de festa com recheio variado: bolinha de queijo com orégano, coxinha frango, risole de carne de sol, bolinha de calabresa, canudinho de frango. | Cento | 50 | 150 | 50 | 20 | 20 | 20 | 50 | 50 | 390 | 49,00 | 19.110,00 |
| 6 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 100 | 500 | 200 | 200 | 100 | 35 | 50 | 1185 | 17,83 | 21.128,55 | |
| 7 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 210 | 910 | 350 | 350 | 350 | 350 | 140 | 2660 | 4,90 | 13.034,00 | |



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

| | | | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|------|-----|-----|-----|-----|-----|------|-------|-----------|
| 8 | Sanduíche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 315 | 1400 | 700 | 560 | 560 | 210 | 280 | 4025 | 4,40 | 17.710,00 |
| 9 | Sanduíche francês: pesando no mínimo 60 a 65g, contendo: 01 pão francês (mínimo 25g), meia fatia de presunto (mínimo 10g), meia fatia de mussarela (mínimo 10g), 2 rodéias de tomate, meia folha de alface e maionese. | Unid | 210 | 210 | 210 | 210 | 210 | 210 | 140 | 1400 | 4,57 | 6.398,00 |
| 10 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 595 | 2800 | 560 | 385 | 385 | 385 | 455 | 5530 | 3,50 | 19.355,00 |
| 11 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 40 | 200 | 80 | 70 | 70 | 30 | 30 | 520 | 57,67 | 29.988,40 |
| Valor Total Estimado | | | | | | | | | | | | |
| 186.078,86 | | | | | | | | | | | | |





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI

SECRETARIA SAÚDE

| Item | Descrição | Und | PSF | Secretaria | Quant | Vi. Unif | Vi. Total |
|------|--|------|-----|------------|-------|----------|-----------|
| 1 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 175 | 210 | 385 | 4,67 | 1.797,95 |
| 2 | Café. Garrafa com 01 litro de café adoçado. | Unid | 175 | 210 | 385 | 16,00 | 6.160,00 |
| 3 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou cariquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 400 | 500 | 900 | 17,83 | 16.047,00 |
| 4 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 100 | 100 | 200 | 25,67 | 5.134,00 |
| 5 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 175 | 175 | 350 | 4,90 | 1.715,00 |
| 6 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, | Unid | 420 | 420 | 840 | 4,10 | 3.444,00 |





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|-----|-----|-------|----------|------------------|--|--|
| | enroladinho de salsicha etc.) | | | | | | | | | |
| 7 | Sanduíche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 175 | 175 | 350 | 4,40 | 1.540,00 | | | |
| 8 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 175 | 175 | 350 | 3,50 | 1.225,00 | | | |
| 9 | Tapioca | Unid | 175 | 210 | 385 | 3,27 | 1.258,95 | | | |
| 10 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 15 | 15 | 30 | 57,67 | 1.730,10 | | | |
| Valor Total Estimado | | | | | | | | 40.052,00 | | |





ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|--|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 35 | 27,00 | 945,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 1050 | 4,67 | 4.903,50 |
| 3 | Caldo de carne, servido em copo de 300ml. | Copo | 140 | 4,53 | 634,20 |
| 4 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou cariquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 1000 | 17,83 | 17.830,00 |
| 5 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 350 | 25,67 | 8.984,50 |
| 6 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 140 | 4,90 | 686,00 |
| 7 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 1050 | 4,10 | 4.305,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|-----------------------------|---|------|------|-------|------------------|
| 8 | Sanduche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 700 | 4,40 | 3.080,00 |
| 9 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 1750 | 3,50 | 6.125,00 |
| 10 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 80 | 57,67 | 4.613,60 |
| Valor Total Estimado | | | | | 52.106,80 |

SECRETARIA DE GOVERNO

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|--|-------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 35 | 27,00 | 945,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, saísicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 350 | 4,67 | 1.634,50 |
| 3 | Mini salgadinho de festa com recheio variado: bolinha de queijo com orégano, coxinha frango, risole de carne de sol, bolinha de calabresa, canudinho de frango. | Cento | 17 | 49,00 | 833,00 |
| 4 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 | Unid | 200 | 17,83 | 3.566,00 |



ESTADO DO CEARÁ

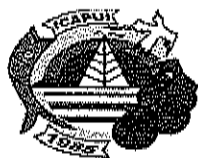
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|-------|------------------|
| | gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | | | | |
| 4 | Refrigerante 2L, sabores variados (laranja, Limão, guaraná, cola). | Unid | 35 | 8,50 | 297,50 |
| 5 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 70 | 25,67 | 1.796,90 |
| 6 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 350 | 4,90 | 1.715,00 |
| 7 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 350 | 4,10 | 1.435,00 |
| 8 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 700 | 3,50 | 2.450,00 |
| 9 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 15 | 57,67 | 865,05 |
| Valor Total Estimado | | | | | 15.537,95 |

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|---|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 35 | 27,00 | 945,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 350 | 4,67 | 1.634,50 |
| 3 | Quentinha composta de saladas: | Unid | 200 | 17,83 | 3.566,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|----|---|-------|-----|-------|----------|
| | folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou cariouinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | | | | |
| 4 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 84 | 25,67 | 2.156,28 |
| 5 | Mini salgadinho de festa com recheio variado: bolinha de queijo com orégano, coxinha frango, risole de carne de sol, bolinha de calabresa, canudinho de frango. | Cento | 28 | 49,00 | 1.372,00 |
| 6 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 210 | 4,10 | 861,00 |
| 7 | Sanduíche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 420 | 4,40 | 1.848,00 |
| 8 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 280 | 3,50 | 980,00 |
| 9 | Refrigerante 2L, sabores variados (laranja, Limão, guaraná, cola). | Unid | 35 | 8,50 | 297,50 |
| 10 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, | Unid | 35 | 57,67 | 2.018,45 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | |
|---|--|--|--|------------------|
| ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | | | | |
| Valor Total Estimado | | | | 15.678,73 |

SECRETARIA DE ESPORTE E JUVENTUDE

| Item | Descrição | Und | Quant | VI. Unit | VI. Total |
|------|---|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 17 | 27,00 | 459,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 210 | 4,67 | 980,70 |
| 3 | Lanche: suco, café, chá e leite armazenados em garrafas térmicas, biscoitos doce e salgado, tapioca e misto quente (pão de forma, queijo mussarela, presunto e manteiga), acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 105 | 10,83 | 1.137,15 |
| 4 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 200 | 17,83 | 3.566,00 |
| 5 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 80 | 25,67 | 2.053,60 |

**ESTADO DO CEARÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**

| | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|-------|------------------|
| 6 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 140 | 4,90 | 686,00 |
| 7 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 350 | 4,10 | 1.435,00 |
| 8 | Sanduiche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 350 | 4,40 | 1.540,00 |
| 9 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 210 | 3,50 | 735,00 |
| | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 30 | 57,67 | 1.730,10 |
| Valor Total Estimado | | | | | 14.322,55 |

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO, TRABALHO, AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E PESCA

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|---|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 35 | 27,00 | 945,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 840 | 4,67 | 3.922,80 |
| 3 | Lanche: suco, café, chá e leite armazenados em garrafas térmicas, biscoitos doce e salgado, tapioca e misto quente (pão de forma, queijo mussarela, presunto e manteiga), | Unid | 700 | 10,83 | 7.581,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|-------|------------------|
| | acondicionados individualmente em guardanapos de papel | | | | |
| 4 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 400 | 17,83 | 7.132,00 |
| 5 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 80 | 25,67 | 2.053,60 |
| 6 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 280 | 4,10 | 1.148,00 |
| 7 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 840 | 3,50 | 2.940,00 |
| 8 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 40 | 57,67 | 2.306,80 |
| Valor Total Estimado | | | | | 28.029,20 |

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi-Total |
|------|--|------|-------|----------|----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, | Unid | 7 | 27,00 | 189,00 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



| | | | | | |
|-----------------------------|---|-------|----|-------|-----------------|
| | cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | | | | |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 70 | 4,67 | 326,90 |
| 3 | Mini salgadinho de festa com recheio variado: bolinha de queijo com orégano, coxinha frango, risole de carne de sol, bolinha de calabresa, canudinho de frango. | Cento | 7 | 49,00 | 343,00 |
| 4 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 50 | 17,83 | 891,50 |
| 5 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | Unid | 35 | 25,67 | 898,45 |
| 6 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 70 | 3,50 | 245,00 |
| 7 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 7 | 57,67 | 403,69 |
| Valor Total Estimado | | | | | 3.297,54 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



SECRETARIA DE INFRASTRUTURA E SANEAMENTO

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|-----------------------------|---|-----|-------|----------|------------------|
| 1 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Und | 700 | 17,83 | 12.481,00 |
| Valor Total Estimado | | | | | 12.451,00 |

AUTARQUIA DE TRÂNSITO MUNICIPAL DE ICAPUI - ATMI

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|---|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Cachorro- quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 56 | 4,67 | 261,52 |
| 2 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou carioquinha, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 105 | 17,83 | 1.872,15 |
| 3 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base de farinha); salada (folha, legumes) | Unid | 35 | 25,67 | 898,45 |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



| | | | | | |
|-----------------------------|--|------|----|------|-----------------|
| | 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | | | | |
| 4 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 56 | 3,50 | 196,00 |
| Valor Total Estimado | | | | | 3.228,12 |

INSTITUTO MUNICIPAL DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO AMBIENTAL- IMFLA

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|--|------|-------|----------|-----------|
| 1 | Bolo de fabricação caseira, cortado em pedaços de 100g cada, sabores variados (bolo de milho, chocolate, cenoura, batata, laranja, fofo, etc) | Unid | 42 | 27,00 | 1.134,00 |
| 2 | Cachorro-quente: Pão hot-dog, assado, contendo molho de tomate e cebola, salsicha inteira sem corantes, milho e ervilha, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 140 | 4,67 | 653,80 |
| 3 | Caldo de carne, servido em copo de 300ml. | Copo | 42 | 4,53 | 190,26 |
| 4 | Lanche: suco, café, chá e leite armazenados em garrafas térmicas, biscoitos doce e salgado, tapioca e misto quente (pão de forma, queijo mussarela, presunto e manteiga), acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 70 | 10,83 | 758,10 |
| 5 | Quentinha composta de saladas: folhosos porção de 25 gramas, verdura/legumes crus/cozidos porção de 60 gramas; prato principal: carne bovina preparada porção de 120 gramas, carne suína preparada porção de 120 gramas ou frango ou peixe preparado porção de 200 gramas; arroz: cozido porção de 300 gramas; feijão: branco, preto ou cariquinho, cozido porção de 150 gramas; macarrão: cozido porção de 200 gramas; farofa: porção de 150 gramas; sobremesa: suco em copo de 300ml e/ou pudim. | Unid | 35 | 17,83 | 624,05 |
| 6 | Refeição Completa a base de arroz e feijão; Prato principal (carne bovina, frango, peixe, embutidos e ovo com substituição); Guarnição (legumes, verduras, massa, preparação a base | Unid | 17 | 25,67 | 436,39 |

**ESTADO DO CEARÁ****PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ**

| | | | | | |
|-----------------------------|---|------|-----|-------|-----------------|
| | de farinha); salada (folha, legumes) 02 tipos; sobremesa (frutas ou doce); Suco industrializado self service. | | | | |
| 7 | Salada de frutas: frutas picadas sem casca: maçã, mamão, banana, abacaxi e manga, com suco natural de laranja, sem açúcar, servida em copo de 300ml | Copo | 42 | 4,90 | 205,80 |
| 8 | Salgado a base de trigo, recheado a base de carne ou frango, frito ou assado tipo (coxinha, empada, risolis, croissant recheado, pastel, folhado, canudinhos, enroladinho de salsicha etc.) | Unid | 70 | 4,10 | 287,00 |
| 9 | Suco de frutas da época, servido em copo de 300ml | Copo | 210 | 3,50 | 735,00 |
| 10 | Sanduíche assado na chapa, 2 fatias de pão de forma, 1 camada fina de margarina vegetal, 1 fatia de queijo mussarela ou coalho, 1 fatia de presunto, acondicionados individualmente em guardanapos de papel | Unid | 42 | 4,40 | 184,80 |
| 11 | Torta salgada sabores variados tipo: frango, presunto/queijo, camarão, palmito etc. Composição mínima: contendo frango desfiado, presunto/queijo, e/ou camarão e legumes picados (cenoura, milho, ervilha, tomate, queijo ralado e tempero verde) | Unid | 10 | 57,67 | 576,70 |
| Valor Total Estimado | | | | | 5.785,90 |

5 - PRAZO DE EXECUÇÃO:

5.1 - O prazo de execução terá vigência a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2021.

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ELEMENTO DE DESPESA:

6.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº 02.01.04.122.0100.2.003; 04.01.04.122.0100.2.010; 05.01.12.122.0100.2.015; 06.01.10.122.0100.2.035; 06.01.10.301.0400.2.041; 07.01.08.122.0100.2.046; 07.01.08.243.0211.2.051; 07.01.08.244.0200.2.055; 07.01.08.244.0211.2.056; 07.01.08.244.0211.2.057; 07.01.08.244.0211.2.058; 07.01.08.244.0211.2.059; 08.01.15.122.0100.2.066; 09.01.20.122.0100.2.076; 10.01.13.122.0100.2.083; 11.01.27.122.0100.2.091; 13.01.04.122.0100.2.096; 14.01.18.122.0100.2.099, elemento de despesa nº 3.3.90.30.00.

7 - DO ENQUADRAMENTO

7.1 - Para efeito da presente aquisição observar-se-á o enquadramento disposto no



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Art. 1º, I e II da Lei no 10.520, de 17 de Julho de 2002.

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.:

I - a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

7.2 - DOS ITENS EXCLUSIVOS PARA ME/EPP/MEI, e DAS COTAS RESERVADAS E COTA PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO.

7.2.1 - A presente licitação é **EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP e INCLUSIVE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, para itens com valor até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em atenção ao inciso I do artigo 48, da Lei Complementar nº 123/2006.

8 - LOCAL DE ENTREGA DOS LANCHES E REFEIÇÕES

8.1 - A entrega será efetuada de acordo com a ordem de fornecimento, que será emitida em tempo hábil para a preparação dos alimentos, os alimentos deverão ser entregues nos locais e horários a serem definidos pelas Contratantes conforme os eventos que ocorrerão no exercício de 2021, fazendo a Contratada obrigada a fornecer conforme a demanda do evento realizado.

9 - DO PRAZO DA ENTREGA

9.1 - A solicitação do serviço e a confirmação do local do evento será feita pela Contratante a Contratada com prazo de cinco (02) dias úteis de antecedência.

9.2. O horário será combinado com a contratada devendo ser cumprido rigorosamente, não havendo tolerância de atraso.

9.3 - O endereço para fornecimento serão informados no momento do envio da Ordem de Serviços.

10 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

10.2 - A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Icapuí-CE, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 10.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

10.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

10.5 - As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 10.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6 - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 10.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.7 - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8 - As sanções previstas no **item 10.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

Carmem Julia da Costa
Secretária de Administração e Finanças



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PROCESSO Nº 002/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
(Carta de Apresentação)

A Pregoeira
Município de Icapuí

Prezado Senhor,

Apresentamos a Vossas Senhorias nossa proposta de preços, conforme planilha abaixo, referente ao Pregão Eletrônico Nº 2021.01.13.01, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas do tipo almoço e quentinha, bem como lanches e sucos para atender as demandas das Secretarias e Autarquias do Município de Icapuí, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante deste processo:

| Item | Descrição | Und | Quant. | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|-----------|-----|--------|----------|-----------|
| | | | | | |

IMPORTA a nossa proposta no valor total de R\$ _____
(_____).

Nesta oportunidade, temos a declarar, sob as penas da Lei, que tomamos pleno conhecimento dos produtos objeto desta licitação, e que não possuímos nenhum fato impeditivo para participação deste certame e que nos submetemos a todas as cláusulas e condições previstas neste edital e seus anexos.

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ Nº:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Nome do Representante Legal
CPF nº _____ - _____



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

PROCESSO Nº 002/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01
ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO



Modelo nº 01 (Juntar aos documentos requeridos para habilitação)

Ao Município de Icapuí
Senhora Pregoeira
Processo Administrativo N.º 002/2021
Pregão Eletrônico N.º 2021.01.13.01

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

(NOME DA EMPRESA) _____ CNPJ nº _____,
sediada (endereço completo) _____. DECLARA, para os
devidos fins que, em cumprimento ao estabelecido na Lei Federal nº 9.854, de
27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da
Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em
trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Modelo nº 02 (Juntar com os documentos apresentados para credenciamento)

Ao Município de Icapuí

Senhora Pregoeira

Processo Administrativo N.º 002/2021

Pregão Eletrônico N.º. 2021.01.13.01

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ através do N.º XX.XXX.XXX/000X-XX, vem por meio deste representante legal declarar sob penas da lei que:

- 1 - Não existem fatos impeditivos, quanto a sua Habilitação, Participação e Contratação com a CONTRATANTE ou com quaisquer outros Órgãos da Administração Pública, comprometendo-se a manter-se nessa mesma condição até o término da presente contratação.
- 2 - Que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos objeto do presente certame, como também concorda integralmente com os termos do edital e seus anexos.
- 3 - Aceita, nas mesmas condições de sua Proposta, os acréscimos ou supressões, permitidos em lei, dos quantitativos que porventura se fizerem necessários, a exclusivo critério da Administração.
- 4 - não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF N.º _____ - _____



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Modelo nº 03 (Juntar com os documentos apresentados para credenciamento)

Ao Município de Icapuí
Senhora Pregoeira
Processo Administrativo N.º 002/2021
Pregão Eletrônico N.º. 2021.01.13.01

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006

(Nome do administrador ou representante, este no caso de Firma Individual), CPF nº _____, residente (rua; avenida, bairro e estado) **DECLARA** para os devidos fins, sob pena da lei, que a Empresa (razão social da empresa) se encontra devidamente **registrada e enquadrada** na Junta Comercial do Estado (citar Estado) como sendo uma (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme caso), que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que cumprem os requisitos legais para a qualificação como ME ou EPP, estando apta a usufruir do benefício e tratamento diferenciado previsto na lei, bem como, **declara** que não se inclui em nenhum das situações do § 4º do artigo 3º do mesmo diploma legal, além de outros previstos em leis e normas regulamentares que impossibilite de usufruir do tratamento diferenciado e favorecido ditado pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF N.º _____ - _____



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Modelo nº 04 (Juntar com os documentos apresentados para credenciamento)

**Ao Município de Icapuí
Senhora Pregoeira
Processo Administrativo N.º 002/2021
Pregão Eletrônico N.º. 2021.01.13.01**

DECLARAÇÃO DE QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE SÓCIO – AMBIENTAL

Para fins de participação na Licitação do Pregão Eletrônico 2021.01.13.01, a empresa (NOME COMPLETO DA PROPONENTE), CNPJ N.º (sediado(a))..... (ENDEREÇO COMPLETO,, DECLARA, sob as penas da Lei, notadamente a Instrução Normativa MPOG n.º 01/2010, que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:

III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

A empresa reconhece seu compromisso sócio ambiental, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Local e data

RAZÃO SOCIAL/C.N.P.J
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



Modelo nº 05 (Juntar com os documentos apresentados para habilitação)

Ao Município de Icapuí
Senhora Pregoeira
Processo Administrativo N.º 002/2021
Pregão Eletrônico N.º. 2021.01.13.01

DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS PROCESSO

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e C.P.F. nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se compromete a fornecer informações adicionais, solicitadas pela Pregoeira, como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos, e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

_____, _____ de _____ de 2021.

RAZÃO SOCIAL/C.N.P.J
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



PROCESSO Nº 002/2021
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01

ANEXO IV
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Nome e qualificação.

OUTORGADO: Nome e qualificação.

PODERES: Plenos e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Prefeitura Municipal de Icapuí, no processo de Pregão Eletrônico nº 2021.01.13.01, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária, como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da OUTORGANTE e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

Nome do representante Legal
CPF Nº _____ - _____



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ

PROCESSO Nº 002/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2021.01.13.01

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO



CONTRATO Nº _____

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ICAPUÍ, ATRAVÉS DA....., COM A EMPRESA, PARA O FIM QUE A SEGUIR SE DECLARA:

O Município de Icapuí, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida à Praça Adauto Róseo nº 1229 - Centro, Icapuí- CE, inscrita no CNPJ sob o nº 10.393.593/0001-57, através da Secretaria de, neste ato representada pelo seu Secretário, Sr., doravante denominado de Contratante e, do outro lado, a empresa, com endereço na Rua, Nº, bairro, em, Estado do, inscrita no CNPJ sob o nº, representada por, CPF nº, ao fim assinado, doravante denominada de Contratada, de acordo com o Edital de Pregão Eletrônico nº 2021.01.13.01, em conformidade com o que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520/02, de 17 de julho de 2002, sujeitando-se os contratantes às suas normas e às cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1 - Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, devidamente homologado pelo Secretário de

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de refeições completas do tipo almoço e quentinha, bem como lanches e sucos para atender as demandas das Secretarias e Autarquias do Município de Icapuí.

| Item | Descrição | Und | Quant | Vi. Unit | Vi. Total |
|------|-----------|-----|-------|----------|-----------|
| | | | | | |



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR

3.1 - A Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto deste contrato o valor global de R\$ _____ (_____).

CLAÚSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 - A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

4.2 - Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços.

4.3 - Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

4.4 - Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Executar o objeto do Contrato de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico Nº 2021.01.13.01, neste Termo Contratual e na proposta vencedora do certame.

5.2 - Manter durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações.

5.3 - Fornecer somente produtos que se enquadrem nas especificações do Termo de Referência.

5.4 - Em caso de produtos fora das especificações e/ou do tipo não apropriado, a Contratada arcará com o ônus do fato.

5.5 - Relatar a Contratante toda e qualquer irregularidade observada em virtude do fornecimento e prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados.

5.6 - Utilizar profissionais devidamente habilitados na execução do objeto contratual.

5.7 - Facilitar a ação da fiscalização na inspeção dos serviços, prestando, prontamente, os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE.

5.8 - Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Contratante.

5.9 - Pagar seus empregados no prazo previsto em lei, sendo também de sua responsabilidade o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre os contratados inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, FGTS, PIS, emolumentos, seguros de acidentes de trabalho, etc, ficando excluída qualquer solidariedade do Município de Icapuí por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais uma vez que a inadimplência do(a) contratado(a), com referência às suas obrigações, não se transfere ao Município de Icapuí.

5.10 - Responder, pecuniariamente, por todos os danos e/ou prejuízos que forem causados à União, Estado, Município ou terceiros, decorrentes da aquisição.

5.11 - Respeitar as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e legislação pertinente.



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ



5.12 - A empresa contratada deverá manter sua cozinha operacional restrita a cidade circunvizinha que apresente distancia máxima da cidade de Icapuí/CE de até **50km** para preservar os critérios de acondicionamento e temperatura de alimentos e a possibilidade de atender as urgências em 1 hora.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS

6.1 - O prazo de execução terá vigência a partir da data da assinatura do contrato, até 31 de dezembro de 2021.

6.2 - Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pelo município de Icapuí, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - A fatura relativa aos produtos efetivamente entregues, deverá ser apresentada ao Município de Icapuí, para fins de conferência e atestação da execução dos serviços.

7.2 - Caso a fatura acima referida seja devidamente aprovada pelo Município de Icapuí, o pagamento será efetivado em favor da Contratada, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data da respectiva aprovação desta.

7.3 - O pagamento será creditado em favor do contratado através de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

CLAÚSULA OITAVA - DA FONTE DE RECURSOS

8.1 - As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária nº 02.01.04.122.0100.2.003; 04.01.04.122.0100.2.010; 05.01.12.122.0100.2.015; 06.01.10.122.0100.2.035; 06.01.10.301.0400.2.041; 07.01.08.122.0100.2.046; 07.01.08.243.0211.2.051; 07.01.08.244.0200.2.055; 07.01.08.244.0211.2.056; 07.01.08.244.0211.2.057; 07.01.08.244.0211.2.058; 07.01.08.244.0211.2.059; 08.01.15.122.0100.2.066; 09.01.20.122.0100.2.076; 10.01.13.122.0100.2.083; 11.01.27.122.0100.2.091; 13.01.04.122.0100.2.096; 14.01.18.122.0100.2.099, elemento de despesa nº 3.3.90.30.00.

CLAÚSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇO

9.1 - Os preços previstos por este Contrato poderão ser revistos desde que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro inicial do mesmo, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou o fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (inciso III, art. 55 e inciso II, alínea d, art. 65).

CLAÚSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratado, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, conforme o disposto no § 1º, art. 65, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORNECIMENTO DOS PRODUTOS

11.1 - Para fornecimento das quantidades adquiridas proceder-se-á da seguinte



forma, de acordo com as necessidades e conveniências do Contratante.

11.2 - A Contratante poderá efetuar, a qualquer tempo, inspeção para verificar se as especificações dos produtos atendem as exigências previstas no edital.

11.3 - Na entrega dos produtos, todos deverão ter suas especificações iguais às contratadas.

11.4 - O item que apresentar problemas quanto especificação e ou condições exigidas no procedimento licitatório, deverá ser substituído de imediato, sem implicar custos adicionais aos preços contratados.

11.5 - Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente e na embalagem original, estar em perfeitas condições de limpeza (interna e externa), de forma a permitir completa segurança durante o transporte e armazenamento, assim como prontos para serem utilizados.

11.6 - As despesas com embalagem, seguros, transporte, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas envolvidas na entrega correrão por conta da Contratada.

11.7 - O objeto deste TERMO CONTRATUAL deverá ser entregue ao Setor de Almoxarifado dentro do prazo, a partir do recebimento da requisição mediante E-MAIL pela Contratada.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

12.1 - A execução de contrato será acompanhado e fiscalizado por servidor da secretaria designado, o qual deverá atestar os produtos, a Nota Fiscal, quando comprovada a sua fiel e correta entrega.

12.2 - Sem prejuízo da plena responsabilidade da empresa perante a Prefeitura Municipal de Icapuí ou terceiros, a aquisição dos produtos estarão sujeitos a mais ampla e irrestrita fiscalização, a qualquer hora, em todas as etapas.

12.3 - O Gestor do Contrato poderá recusar os produtos, desde que não estejam de acordo com as especificações do edital.

12.4 - Ao Gestor do Contrato fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes do Termo de Referência, da proposta da empresa e das cláusulas do contrato, além de rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer produto que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente sua origem, assim considerado como de boa qualidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

13.2 - A contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI



b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1,0% (um por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de 2,0% (dois por cento) sobre o valor contratual, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5,0% (cinco por cento) do valor contratual, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Icapuí-Ce, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.3 - No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 13.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

13.4 - O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que o(a) contratado(a) fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito do(a) contratado(a), o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

13.5 - As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

13.6 - As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 13.2** supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7 - A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5,0% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

13.8 - As sanções previstas no **item 13.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito)



horas comunicarem seu desinteresse.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

14.2 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

14.3 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

15.2 - Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Icapuí, Estado do Ceará, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Icapuí-CE, ____ de _____ de 2021.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário de
CONTRATANTE

Nome do Representante Legal
Nome da Empresa
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: